



## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 1978

#### TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Trajano Bastos e Basílio Zanusso.

À hora regimada é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Wilson Fortes, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Manoel Gaona, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (52); achando-se ausentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni e Aragão de Mattos Leão (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### Mensagens:

#### MENSAGEM N.º 124/78

Curitiba, 17 de outubro de 1978.

Senhor Presidente.

Em aditamento à Mensagem n.º 115/78, de 11 do corrente mês, que encaminha anteprojeto de reestruturação e reorganização da Coordenação da Receita do Estado, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência as providências que se fizerem necessárias no sentido de que a redação do art. 137, do referido anteprojeto passe a ser a seguinte:

“Art. 137 — Durante o prazo de 6 (seis) anos da publicação da presente Lei, os cargos de provimento em comissão, a juízo da Administração, poderão ser ocupados também, por funcionários integrantes das séries de classes AF-2 e AF-3.”

A nova redação proposta ao citado texto decorre da necessidade de amoldá-lo às demais expressões do plano de lei em causa, evitando, assim, qualquer dúvida na interpretação da medida.

Outrossim, solicito que, para apreciação da matéria, seja mantido o prazo invocado nos termos do § 3.º, do artigo 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a proposição submetida à apreciação dessa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JAYME CANET JÚNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM N.º 125/78

Curitiba, 18 de outubro de 1978

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva acrescentar ao artigo 1.º, da Lei n.º 6.861, de 28 de dezembro de 1976, o parágrafo único que especifica.

Referida lei autoriza a celebração de convênio com o Estado de São Paulo, para a nomeação do Excelentíssimo Senhor General Ernesto Geisel como árbitro, para dirimir as controvérsias existentes sobre a fronteira entre os dois Estados segundo as conclusões do laudo Eptácio Pessoa.

Todavia, não previu a lei a possibilidade, se as circunstâncias o indicarem, de solução de pendência por equidade.

Ora, como o Código Civil (art. 1.040, IV) e o Código de Processo Civil (arts. 1.075, IV e 1.095, II) prevêm prévia autorização para a decisão por equidade, quando necessária, faz-se indispensável a inclusão na lei do referido parágrafo único, isso, de modo a não tolher o árbitro na elaboração de seu laudo, evitando que venha a tornar-se inócua a instituição do Juízo arbitral, em virtude de possíveis divergências técnicas dos estudos procedidos por técnicos paulistas e paranaenses acerca da questão litigiosa.

Idêntica mensagem está sendo encaminhada à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, pelo Excelentíssimo Senhor Governador daquele Estado.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada para apreciação da matéria contida no anexo plano de lei, a forma prevista pelo § 3.º do artigo 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a solicitação proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Acrescente-se ao artigo 1.º da Lei n.º 6.861 de 28 de dezembro de 1976, o seguinte parágrafo único:

“Parágrafo único — Poderá o árbitro decidir por equidade, na forma do que dispõe o artigo 1.040, IV, do Código Civil Brasileiro.”

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM N.º 126/78

Curitiba, 18 de outubro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o anexo anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a constituir mediante transformação da atual autarquia Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, empresa pública com semelhante denominação e objeto.

A proposta de transformação de autarquia em empresa pública é fruto de abrangentes estudos e ampla reflexão sobre a capacidade administrativa do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas — IBPT, para cumprir as missões que lhe foram atribuídas pelos Objetivos e Metas de Desenvolvimento com Plano de Ação de meu Governo face às limitações que sua atual forma jurídica impõe.

Nesse contexto, a forma empresarial parece propiciar o requisito fundamental, que associado às demais providências que

vem sendo tomadas no âmbito do Executivo, levará à modernização institucional do IBPT.

Tornada imprescindível, essa modernização criará as condições que meu Governo considera essenciais ao apoio do processo de industrialização que o Estado inicia e à participação da comunidade científica paranaense nos esforços nacionais no campo do desenvolvimento científico e tecnológico. As inibições de ordem jurídica, organizacional e operacional já referidas fizeram, por exemplo, com que o Estado do Paraná tivesse participação insignificante nos recursos que o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) do Governo Federal, tem generosamente colocado à disposição de órgãos e entidades públicas e particulares. Nesse sentido, constitui comparação bem ilustrativa o fato de que o Estado do Paraná foi um dos postulantes mais modestos, com 0,1% dos generosos recursos que a União destinou, no período 70/76, ao FNDCT — Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, muito abaixo dos Estados do Pará, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, dentre outros.

Diante dessas perspectivas de auto-suficiência, pela infusão de recursos Federais, alguns a fundo perdido, e a expansão dos serviços que o IBPT vem hoje prestando, pela maior flexibilidade operacional na execução de contratos, a forma empresarial proposta se me afigura pertinente aos objetivos de apoio científico e tecnológico ao processo de transformação econômica do Estado, empreendido em meu Governo.

Ademais dessas razões, talvez dramatizadas pelas incertezas climáticas que afetam a produção agrícola e que devem ser neutralizadas pela marcha mais estável do setor industrial, peço vênha para ressaltar o papel destacado que o IBPT vem desempenhando no Estado ao longo de quase quatro (4) décadas, sempre com inatacável competência técnica e desvanecedora dedicação de seu pessoal, mesmo em face de condições nem sempre satisfatórias de remuneração. Dedicção e aplicação reconhecidas no País e no exterior.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo plano de lei, a forma prevista pelo § 3.º do artigo 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a proposição submetida a apreciação dessa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma empresa pública, com a denominação de INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ, vinculada à Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio, com personalidade jurídica de Direito Privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira e sede e foro na cidade de Curitiba.

§ 1.º — A autarquia Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas será extinta por Decreto que aprovar o Estatuto da Empresa;

§ 2.º — A Empresa terá por objeto colaborar com o desenvolvimento científico e tecnológico dos setores privado e público, primordialmente no campo de aplicação à Indústria do Estado do Paraná, apoiando, concomitantemente, os esforços Federais nesse campo, constituindo seus objetivos específicos:

I — proporcionar apoio tecnológico às atividades dos diversos setores econômicos do Estado;

II — criar ou adaptar tecnologias de interesse para o desenvolvimento econômico do Estado;

III — promover a realização de estudos e projetos de natureza científica e tecnológica;

IV — formar e aperfeiçoar os recursos humanos necessários aos planos, programas, projetos e atividades de natureza científica e tecnológica;

V — realizar intercâmbio com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais na área de sua atuação.

Art. 2.º — No cumprimento de seus objetivos a Empresa poderá:

I — celebrar convênios, contratos e outros instrumentos legais de compromissos com pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou público, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

II — prestar serviços a órgãos e entidades dos setores privado e público ou a pessoas físicas;

III — explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas realizadas;

IV — requerer o registro de patentes e ceder seu uso.

Art. 3.º — O capital inicial da Empresa será de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) a ser integralizado pelo Tesouro do Estado.

§ 1.º — A integralização do capital inicial, na forma mencionada no "caput" do artigo, far-se-á em dinheiro;

§ 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a aumentar o capital da Empresa pela incorporação do patrimônio líquido da autarquia IBPT, nos termos estabelecidos no artigo 5.º e mediante a incorporação de lucros, transferências orçamentárias, doações e legados, resíduos de execução de instrumentos legais de compromisso, e reavaliações e correções monetárias do ativo.

§ 3.º — Respeitado o capital majoritário do Estado, a Empresa poderá ter a participação em seu capital, de recursos oriundos de outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como de entidades da administração indireta do Estado, da União e dos Municípios.

Art. 4.º — A conferência de bens, direitos e obrigações, para cálculo do patrimônio líquido da autarquia IBPT, far-se-á mediante laudo de avaliação, na forma da legislação pertinente.

Art. 5.º — Constituirão receitas da Empresa:

I — Receitas operacionais;

II — As dotações orçamentárias que lhe forem consignadas no orçamento do Estado;

III — As rendas auferidas pela cessão do uso de patentes;

IV — Os recursos oriundos de convênios, contratos e outros instrumentos legais de compromisso;

V — As doações e legados que lhe forem feitos;

VI — Recursos provenientes de fundos existentes ou que vierem a lhe ser destinados;

VII — O produto da alienação de bens;

VIII — A renda de bens patrimoniais;

IX — Outras receitas.

Art. 6.º — A Empresa gozará de isenção de tributos estaduais.

Art. 7.º — O regime jurídico do pessoal da Empresa será o da legislação trabalhista, acompanhando sua remuneração os níveis do mercado de trabalho.

Art. 8.º — Por ocasião da extinção da autarquia Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, os cargos de provimento efetivo de seu Quadro Próprio, serão absorvidos pelo Quadro Único de Pessoal do Estado, respeitado o disposto na legislação, e extintos à medida que vagarem.

Art. 9.º — Ficam extintos, os cargos vagos de provimento efetivo do Quadro Próprio da Autarquia e os de provimento em comissão de: 1 Diretor símbolo 1-C, criado pela lei n.º 4.544, de 01/12/62, posteriormente alterado quanto a sua simbologia para DAS-2 pela lei n.º 6.996, de 12/04/78; 1 Chefe de Gabinete símbolo 3-C e 2 Oficiais de Gabinete símbolo 7-C, criados pelo Decreto n.º 8.009, de 30/04/62, na data da extinção da autarquia.

Art. 10. Os atuais servidores estatutários, ocupantes dos cargos do Quadro Próprio da autarquia IBPT, serão colocados à disposição da Empresa, sem prejuízo dos seus vencimentos e demais direitos e vantagens que lhes são assegurados por lei, pelo prazo máximo de seis meses, a contar da data da publicação do ato de sua criação.

Art. 11. O Chefe do Poder Executivo expedirá, no prazo de trinta dias, contados a partir da publicação desta lei, o Estatuto da Empresa.

Art. 12. A Empresa reger-se-á pelo disposto nesta Lei, pelo Estatuto e por todas as disposições das demais leis e instrumentos normativos pertinentes.

Art. 13. O Fundo de Produção e Pesquisas instituído pela Lei n.º 6.920, de 12 de junho de 1972, será extinto, por Decreto que aprovar o Estatuto da Empresa.

Parágrafo Único. O saldo líquido existente no Fundo, na data de sua extinção, constituirá receita da Empresa.

Art. 14. A Empresa se subrogará nos direitos e obrigações decorrentes de contratos, convênios e outros instrumentos legais de compromisso da autarquia Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas e do Fundo de Produção e Pesquisas.

Art. 15. A Empresa será administrada por:

I — Conselho de Administração;

II — Diretoria Executiva;

III — Conselho Fiscal.

§ 1.º. O Conselho de Administração, será constituído de 11 (onze) membros, nomeados pelo Governador do Estado por proposta do Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, com mandato de 3 (três) anos, permitida a recondução.

§ 2.º. A Diretoria Executiva, será constituída de 5 (cinco) membros nomeados pelo Governador do Estado, por proposta do Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, com mandato de 3 (três) anos, permitida a recondução.

§ 3.º. O Conselho Fiscal, será constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, nomeados pelo Governador do Estado, por proposta do Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, com mandato de 1 (um) ano, permitida a recondução.

Art. 16. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva será fixada anualmente pelo Governador do Estado, cujo montante não excederá, a qualquer título, ao fixado para os Secretários de Estado.

Parágrafo Único. O mandato dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, não será remunerado.

Art. 17. Na aquisição ou alienação de bens, como na contratação de obras ou serviços de qualquer natureza, a Empresa obedecerá as normas da legislação vigente da licitação.

Art. 18. Os depósitos em dinheiro da Empresa serão, preferencialmente, efetuados em organizações bancárias oficiais.

Art. 19. A Empresa, além da prestação de conta prevista na legislação específica, submeterá o balanço financeiro, através do Secretário de Estado da Indústria e do Comércio, ao Tribunal de Contas, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício.

Art. 20. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), rubrica 4.1.4.0.00 — Constituição ou aumento do Capital de Empresa Industriais ou Agrícolas, para fazer face a subscrição de capital da Empresa, e, proceder o remanejamento, para a Empresa, dos saldos de dotações orçamentárias consignadas à autarquia Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas.

Art. 21. O crédito especial a que se refere o artigo anterior será realizado no exercício financeiro de 1979, pela utilização do elemento de despesa 4.1.3.0 — Investimentos em regime de programação especial do projeto 1336—Programação Especial para o Desenvolvimento Econômico e Social — Administração Geral do Estado.

Art. 22. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM N.º 127/78

Curitiba, 19 de outubro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a subscrever aumento de Capital da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — CAFÉ DO PARANÁ, mediante integralização pela incorporação dos imóveis que especifica, de propriedade do Estado, situados em Cambará e Ivaiporã.

A preconizada majoração de capital atende, duplamente, os interesses da Empresa, e, "ipso facto", da Administração Pública. Primeiro, porque o desenvolvimento crescente daquela Companhia impõe uma melhor adequação a seu capital, para dar-lhe uma situação mais condizente à sua forma empresarial, que enseja ainda maior amplitude em suas atividades, que são imprescindíveis como subsídios à produção primária do Estado. Em segundo lugar, porque a incorporação dos imóveis descritos no projeto de lei, além de viabilizar o aumento de capital almejado e recomendável, importa no aproveitamento apropriado de bens públicos, por quem deles, temos certeza, fará o melhor e mais racional uso. Isto porque, os imóveis em causa, servirão de base física para novas instalações, que permitirão a instalação de unidades dirigidas ao fomento agropecuário daquelas regiões, que delas tanto reclamam e carecem.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º, do artigo 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a proposição submetida à apreciação dessa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência, os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR  
Governador do Estado.

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a subscrever um aumento de Capital da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — CAFÉ DO PARANÁ — mediante a integralização pela incorporação dos imóveis abaixo especificados, de propriedade do Estado do Paraná:

I — área de terras com 4.629,21 m<sup>2</sup>., e benfeitorias, remanescente da incorporação de 7.470,79 m<sup>2</sup>., havida pela Companhia Paranaense de Silos — COPASA — sobre a área de 12.100,00 m<sup>2</sup>., situada na Fazenda Alambarí, na Comarca e Município de Cambará, conforme transcrição n.º 3.448, fls. 184, do livro 3-E; e

II — lote de terra n.º 2, do Parque Industrial de Ivaiporã e Lote n.º A-2, da Zona Agrícola, com frente para a Rodovia BR-369, contendo diversas benfeitorias e equipamentos industriais adquirido conforme Carta de Arrematação, extratada dos Autos n.ºs 360/71 e 368/71, de Ações Executivas Fiscais, propostas pela Fazenda Nacional e do Estado do Paraná, contra a firma Algodoeira Ivaiporã S/A., aguardada, em relação a este imóvel, seja transitada em julgado a respectiva sentença judicial, favorável ao Estado do Paraná.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

Ofício:

Sob o n.º 650/78, do Senhor Doutor Gastão Natal Simone, Secretário de Saúde e Bem Estar Social do Município de Maringá, encaminhando relatório, referente ao mês de

setembro de 1978.

Ofício n.º 00310, nos seguintes termos:

Senhor Presidente.

Apraz-me informar que recebi seu Ofício n.º 2492/78/DA/DE/SC, de 05 de outubro de 1978, relativo ao falecimento de Sua Santidade, o Papa João Paulo I.

Quero agradecer a cortesia de enviar cópia do requerimento, aprovado por essa Casa, de um voto de pesar pela inesperada morte do Sumo Pontífice.

Neste ensejo, expresso a Vossa Senhoria os sentimentos de estima e consideração.

† Carmine Rocco  
Núncio Apostólico

Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer regime de urgência e inclusão na Ordem do Dia, da Proposição n.º 415/78.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1978.

(a) Basílio Zanusso.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a consagração em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar, pelos falecimentos ocorridos em 18 do corrente, na cidade de Jardim Alegre, dos jovens Raimundo Nonatto de Souza e Edison Anacleto, pertencentes ao Grupo de Escoteiros daquela cidade e vítimas de afogamento.

Tal passamento vem consternar a sociedade de Jardim Alegre, salientando-se o ato de heroísmo do Chefe Escoteiro Edison Anacleto, que pereceu tentando salvar a vida do jovem Raimundo Nonatto de Souza.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência às famílias enlutadas nas pessoas da Sra. Idalia Padroeira dos Santos e Pedro Anacleto, assim como à Câmara Municipal e Prefeitura de Jardim Alegre.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1978.

(a) Gilberto Carvalho.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de congratulações aos Jornais "GAZETA DO POVO" e "DIÁRIO DA TARDE", bem como às Emissoras de Televisão Paranaense, Canal 12 e Cultura de Maringá, pela iniciativa que tiveram em patrocinar meritória campanha comunitária, em prol de uma maior participação do Paraná, no âmbito da administração federal.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 1978.

(a) Gabriel Sampaio.

JUSTIFICATIVA:

É público e notório o fato de que, a cada ano que passa, o Paraná vem ganhando maior destaque no cenário nacional.

Por sua expressiva afirmação em todos os setores da economia, principalmente na área da agricultura, nosso Estado tem merecido do Governo Federal atenções dignas de registro.

No campo energético e das telecomunicações, o complexo de Itaipu, por si só, já diz da nossa pujança. Sob a liderança do Ministro Ney Aminthas de Barros Braga, hoje Governador eleito de nosso Estado, conquistamos elevados postos da administração federal.

Não só a manutenção destes postos, como também a conquista de outros mais, é a grande meta dessa meritória campanha comunitária.

Dai a razão desse movimento, encarado com seriedade por todos os paranaenses, vir encontrando tanta receptividade.

Tratando de demonstrar que somos um Estado economicamente forte, com elementos capazes na sua administração, e politicamente estável, a fim de angariar a confiança do futuro dirigente da nação, o qual tem como meta prioritária de seu governo o desenvolvimento da agricultura, vemos que essa campanha merece o apoio e o respeito de todos os paranaenses.

Por essas razões, acreditamos que é dever desta Casa, associar-se a esse movimento em busca da afirmação de nosso Estado na esfera federal, através da aprovação do presente expediente, o qual servirá de estímulo aos seus patrocinadores, a fim de que não esmoreçam em seu elevado intento, o qual se torna inegavelmente, merecedor de nossos aplausos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores ERNESTO GEISEL, DD. Presidente da República e RANGEL REIS, DD. Ministro do Interior, suplicando-lhes seja submetido à apreciação do Poder Legislativo o Estatuto do Índio, bem como sejam dadas condições mínimas de escolaridade aos nossos silvícolas, a fim de que possam manifestar-se a respeito da sua propalada EMANCIPAÇÃO, vez que seus direitos estão assegurados por dispositivos vigentes da atual Constituição do Brasil, os quais somente poderão ser modificados através de Nova Emenda Constitucional, e, é sabido que tal ato depende da manifestação da vontade de ambas as partes para revestir-se dos requisitos essenciais à sua plena validade jurídica.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

A propalada Emancipação dos Índios, é assunto que vem despertando inusitado interesse nos meios políticos, jurídicos e em toda a sociedade brasileira.

A pergunta que paira, é sempre a mesma: Estariam os índios em condições de receber sua emancipação?

A resposta que se ouve mais freqüentemente é categórica: NÃO!

Ora, se as sociedades protetoras de nossos silvícolas, que atuam nessa área há vários anos, se os próprios índios não desejam essa emancipação, qual o interesse que estaria levando nossas autoridades a levar avante esse intento, à revelia dos "beneficiados"?

Com a devida vênia, entendemos que esse assunto deve ser tratado mais acuradamente. Afinal, devemos lembrar que os índios são mais brasileiros do que nós mesmos, pois, quando aqui chegamos, eles já tomavam conta desse imenso torrão!

Por outro lado, a emancipação, como se pretende, jamais poderá ser executada através de ato unilateral. Cremos que, sem que haja manifestação de vontade de ambas as partes, qualquer ato nesse sentido deixará de revestir-se das formalidades legais necessárias para dar-lhe qualquer validade jurídica.

Por essa razão, solicitamos às autoridades a que dirigimos esse apelo, que tratem desse assunto com mais vagar, dispensando-lhe maiores cuidados, pois, não resta dúvida de que é muito delicado, eis que, entre outros aspectos, envolve direitos humanos e o direito de propriedade.

Acreditamos que a emancipação que se pretende dar aos primitivos habitantes de nosso País, tem por base a aceção jurídica do termo:

"EMANCIPAÇÃO é o ato de liberalidade paterna, de liberalidade legal ou concessão judicial, em virtude do qual se antecipa a maioria de uma pessoa, atribuindo-lhe plena

capacidade jurídica para gerir seus negócios e dispor de seus bens”.

Ou, nossas autoridades teriam em mente a definição desse vocábulo encontrada em nossos dicionários: “EMANCIPAÇÃO — Dar a emancipação a, livrar (-se) do poder paternal ou de tutoria?

Desde as épocas mais remotas, os direitos de nossos silvícolas vêm sendo assegurados em nossas Cartas Magnas, que assim estabeleceram:

Constituição de 24 de janeiro de 1967

“Art. 186 — É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nela existentes”.

Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969.

“Art. 198 — As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes.”

O Paraná, Estado onde ainda estão localizadas reservas de Palmas, Mangueirinha e Chopinzinho, inclusive nas proximidades do Rio das Cobras, Município de Guaraniaçu, na região de Cascavel, representada nesta Assembléia Legislativa unicamente por este parlamentar, podemos encontrar os últimos representantes das tribos Caicangues e Guaranis, sempre acompanhou os preceitos emanados da Lei Maior, inserindo no texto de suas Cartas os seguintes dispositivos:

Constituição de 08 de maio de 1967:

“Art. 154 — É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito de usufruto exclusivo dos recursos naturais de todas as utilidades nelas existentes”.

Emenda Constitucional n.º 2, de 28 de fevereiro de 1970:

“Art. 158 — As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes.”

Esse dispositivo foi repetido na Emenda Constitucional n.º 3, de 29 de maio de 1971, consistindo-se no texto atualmente em vigor da Constituição do Estado do Paraná, na parte que se refere à proteção aos direitos dos nossos índios.

Conforme se depreende, qualquer norma legal hierarquicamente inferior à Constituição do Paraná, que venha de encontro no que se refere à modificação daqueles dispositivos, poderá ferir a autonomia de nosso Estado!

Por esses motivos, e, principalmente pelo fato de estarmos acompanhando atentamente o desenvolvimento dessa polêmica questão, sem que tenhamos escutado um só pronunciamento dos principais interessados, ou seja, os PRÓPRIOS ÍNDIOS, pela emancipação, solicitamos que o resultado de tais estudos, venham a conhecimento público e sejam referendados pelo Poder Legislativo antes de se transformarem em normas de caráter obrigatório.

Se, em parte, concordamos com o Senhor Ministro do Interior, quando afirma que ninguém pode criticar aquilo que desconhece, afirmamos que, da mesma maneira, ninguém pode aprovar, por antecipação, aquilo que ainda não conhece!

A seriedade do assunto, quando é tratada de forma similar, por ocasião das formalidades exigidas para emancipação de um município, por exemplo (Lei Complementar n.º 1, de 9 de novembro de 1967), exige até mesmo a realização de um plebiscito para a manifestação de vontade dos emancipados. Se é do conhecimento público de que grande parte da população silvícola não estaria em condições de emancipar-se, como poderemos, em ato unilateral, obrigá-los a aceitar o “benefício” que lhes seria imposto?

A voz da verdade, expressada em razão de um sentimento puro, em busca de diálogo, TRANSMITIDA EM NOSSO IDIOMA PÁTRIO, como tem ocorrido por parte dos indígenas brasileiros, que, unisonamente diz NÃO À EMANCIPAÇÃO, deve ser ouvida, ao menos neste momento, por todas as autoridades que devem zelar por nossa Carta Magna e pelo seu preceito básico que diz: “Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido”, lembrando, mais uma vez, que nesse imenso Brasil, ninguém é legitimamente mais povo do que nosso ÍNDIO!

Enfim, se o ato que está prestes a ser editado vem causando sérias apreensões e mal estar geral, sentimo-nos na obrigação de associarmos-nos às manifestações da Associação Nacional de Apoio ao Índio, Comissão Pró-Índio e Conferência Nacional de Bispos do Brasil, partindo do princípio de que é mais fácil prevenir-se algo que poderá surgir de forma prejudicial, ainda que não intencionalmente, do que remediar o mal já concretizado!...

#### Projeto de Lei:

#### PROJETO DE LEI N.º

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1.º — Na estruturação da Carreira do Magistério, Grupo Ocupacional MPP-100, previsto no Anexo 1-A, da Lei Complementar n.º 7, de 22 de dezembro de 1976, ficam reconhecidos como ano adicional de estudos os “Cursos Para Aperfeiçoamento, Atualização ou Especialização Para Docentes de 1.º Grau”, promovidos pela Secretaria da Educação e da Cultura, desde que ministrados em prazo igual ou superior a 9 (nove) meses ou para os quais tenha sido exigida frequência igual ou superior a 250 (duzentas e cinquenta) horas, com aproveitamento devidamente comprovado.

Parágrafo único — Para o efeito do disposto neste artigo, a Secretaria da Educação e Cultura, deverá manter Livro próprio de Registro, a partir de 30 (trinta) dias da data desta Lei.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1978.

(aa) Fidelcino Tolentino e Gabriel Sampaio.

#### JUSTIFICATIVA:

Muito antes de ser aprovado o Estatuto do Magistério, a Secretaria da Educação e Cultura já se preparava para esse evento.

Assim, foram promovidos diversos cursos de pequena e média duração, visando o aperfeiçoamento de Professores.

O mais completo deles, conhecido como “Reciclagem”, foi promovido pela Secretaria da Educação e Cultura, mediante autorização à CETEPAR, para que o planejasse, executasse e procedesse as devidas avaliações finais.

Assim, o “Curso de Aperfeiçoamento para Docentes do Ensino de 1.º Grau”, de frequência obrigatória, teve a duração de 264 (duzentas e sessenta e quatro) horas, e foi ministrado paralelamente com o período de aulas letivas e, mais ativamente durante as férias.

Naquela oportunidade, a título de incentivo, foi anunciado que esse Curso teria validade de ano adicional de estudo para efeito de acesso a um nível mais elevado de vencimento do Professor que o completasse com aproveitamento.

O sacrifício exigido, principalmente por parte das Professoras Primárias, foi enorme, mas, a compensação futura seria válida, argumentavam os participantes daquela maratona.

Todavia, com o advento do Estatuto do Magistério, por um lapso, não foi lembrado que o “Curso de Reciclagem” era diferente daqueles comumente ministrados, e ficou o mesmo encaixado simplesmente entre “cursos de duração superior a 200 (duzentas) horas”, propiciando, apenas, a contagem de alguns pontos para efeito de promoção.

Não restando dúvida de que o espírito da Lei era de

reconhecer o "Curso de Reciclagem" como ano adicional de estudos, o primeiro signatário, através da liderança de seu partido, ofereceu emenda ao Projeto de Lei que tratava do Estatuto do Magistério, a qual, por estar englobada em "emenda substitutiva geral", foi rejeitada.

O segundo signatário, na qualidade de ex-Secretário da Educação, tendo como justo o reconhecimento, não só do curso em tela, como também dos demais com duração igual ou superior a 9 (nove) meses ou 250 (duzentas e cinquenta) horas, para efeito de promoção ou acesso dos Professores Primários para o nível 2, entrou em contato com o autor daquela emenda, propondo que fosse apresentado em conjunto o presente projeto de lei, com a finalidade de se propiciar o reconhecimento desses cursos como "ano adicional de estudo".

Não havendo qualquer aumento de despesa no simples reconhecimento e registro de um curso, senão o simples efeito de se fazer Justiça, entendemos ser o mesmo plano de lei objeto de aprovação por esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado David Federmann.

O SR. DAVID FEDERMANN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Que minhas primeiras palavras sejam de profundo agradecimento ao povo do Paraná e, especialmente, de Ponta Grossa e da Região dos Campos Gerais, pelo que peço licença para inserir, neste breve pronunciamento, o que acabo de divulgar pela imprensa, nos seguintes termos:

"DAVID FEDERMANN AGRADECE AO POVO.

Considerado Deputado Estadual reeleito pelos primeiros resultados gerais das urnas, em Ponta Grossa e no Paraná, devo aqui, muito honrado, agradecer a todos os que distinguiram o meu nome, com seu voto de prestigiamento e amizade, no dia 15 de novembro próximo passado.

Com a responsabilidade decorrente da relevante votação alcançada, que me reconduz à quarta legislatura estadual, sucessivamente, cumpre-me afirmar os mesmos propósitos construtivos, que sempre nortearam minha vida pública, tanto alheia aos ressentimentos individualistas quanto enlevada pelos ideais fraternos, pelas justas reivindicações públicas e pelas nobres aspirações de minha terra e minha gente.

Inteiramente convicto de que meu êxito eleitoral dependeu de meus fiéis amigos e correligionários, e, sobretudo, da vontade livre e generosa do nosso eleitorado, aceito, feliz, tão lisonjeira honra, que não esperava merecer, pelos meus modestos préstimos pessoais, profissionais e políticos.

Certo, mais do que nunca, do nobilitante encargo, que recai sobre meus ombros, asseguro corresponder dedicadamente a essa invejável confiança, colocando meu mandato popular a serviço de Ponta Grossa e do Paraná, a fim de propugnar pelo bem comum, desafiando, para tanto, todos os obstáculos próximos ou distantes, porventura antepostos pelos males da politicagem ou dos gratuitos antagonistas.

Homem realizado e sem veleidades pessoais, calejado pelas decepções dos maus e estimulado pela estima dos bons, nada mais desejo do que continuar a prestar serviços a meu povo e a meus amigos, acima de qualquer sentimentos menos nobres.

Esse o meu voto de agradecimento, com que retribuo a mais de uma vintena de milhares de votos, que me deram a maior das vitórias, em todas as eleições de que tenho, até hoje, participado.

A minha gratidão a Ponta Grossa e ao Paraná.

Em 19-11-78.

(a) DAVID FEDERMANN — DEPUTADO ESTADUAL — ARENA".

Além de Ponta Grossa, estendo, pois, minha grata mensa-

gem aos municípios de Tibagi, Piraí do Sul, Telêmaco Borba, Castro, Jaguariaíva, Ortigueira, Imbituva, Prudentópolis, Reserva, Ipiranga, Ivaí, Cândido de Abreu, onde, como na grande maioria das comunas paranaenses, inclusive na Capital do Estado, tive a honra de ver meu nome sufragado generosamente, nestas difíceis eleições de 1.978.

Inicialmente, não pretendia eu em boa verdade, ser candidato ou continuar na ingrata caminhada da vida pública. Mas, bem o sabem meus nobres pares, nós não somos senhores de nós próprios, mormente quando estão em jogo os interesses da comunidade, o justo apelo dos verdadeiros amigos e correligionários e, sobretudo, os objetivos maiores do nosso Partido, na atual conjuntura nacional. Resolvi, tardiamente, participar do pleito, deveras renhido e exaustivo, e que eu pensava não fosse até antropofágico... isto é, onde os ferrenhos adversários não foram só os oposicionistas, mas até certos rivais do mesmo partido e os quais, através de irresponsáveis "testas de ferro", primaram pela baixeza da intriga, pelo azedume da mentira e pela solécia da infâmia, antes e durante as eleições. E aqui justo é dizer que, em Ponta Grossa, se não fora a atuação conciliadora e efetiva do Escritório Ney Braga, ali instalado pelo Diretório Regional da ARENA, seria muito pior o acerbamento de conflitos inevitáveis, com reflexos negativos nos resultados eleitorais, os quais, felizmente, para o povo e os arenistas pontagrossenses, foram motivo de orgulho e satisfação generalizada, em virtude da opção eleitoral desposada e da qual ninguém se arrependeu:— é que, na Capital Cívica do Paraná e nas cidades da Região dos Campos Gerais, onde houve minha maior votação, a vitória foi da ARENA e do seu candidato a Senador TÚLIO VARGAS, o que prova, valorosamente, que Ponta Grossa continua a ser a histórica cidade rebelde, para votar bem, contra ou a favor do governo, mesmo contrariando o voto da maioria do eleitorado paranaense!

Sim, Senhores Deputados: pela vontade do povo e pela voz das urnas de 15 de novembro, nosso Senador é da ARENA — é TÚLIO VARGAS.

Louvo, neste passo, o Escritório Ney Braga, que coordenou a campanha de TÚLIO VARGAS, em minha cidade, sob a responsabilidade assumida do meu ilustre amigo e correligionário ARTUR FERNANDES PINA RIBEIRO, e cuja propaganda política esteve a cargo de meu grande amigo e correligionário, jornalista e poeta LOURIVAL SANTOS LIMA, ao lado de outros valorosos colaboradores, cujos nomes não cabe citar aqui e que fizeram ótimo trabalho, com desinteresse pessoal e idealismo cívico, desempenhando, com segurança e êxito, a missão que lhes foi confiada pela liderança estadual da Aliança Renovadora Nacional.

Meus Senhores:

Ante o quadro final das apurações eleitorais, resta-nos a grande alegria da vitória, que repartimos, humildemente, com todos os nossos amigos, correligionários e líderes partidários. E animados por tal estímulo, esperamos que, de futuro, tenhamos de continuar a trabalhar em favor das nossas cidades, do nosso Estado e da nossa Pátria, por certo mais eficientemente, dentro de agremiações partidárias, onde não estejamos sujeitos ao dissabor de ombrear com opositores radicais, que nos acotovelam, sem ética e maldosamente, dentro do mesmo partido, seja ARENA ou MDB. Esperamos, sim, fazer política sadia e com gente sadia, para que haja maior rendimento eleitoral e, também, paz de espírito, na hora da vitória ou da derrota, entre amigos, ou, pelo menos, correligionários respeitáveis e capazes de acatar dignamente seus concorrentes eleitorais.

Aqui fica, senhores, mais uma vez, minha palavra de agradecimento neste instante de júbilo, para o povo de Ponta Grossa e do Paraná, especialmente a todos os meus leais amigos e correligionários da Região dos Campos Gerais, bem como aos eminentes líderes arenistas que me incentivaram — NEY BRAGA, CANET JÚNIOR e AFFONSO CAMARGO NETO



sem esquecer meus prezados colegas desta Casa, que souberam respeitar-me, em minha região eleitoral, com a necessária ética partidária."

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra ao 2.º orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Depois de alguns dias de ausência desta Casa, depois de percorrer a região Oeste do Paraná, de uma maneira específica a região liderada pelo polo geo-econômico de Cascavel; depois de ter suado a camisa; depois de ter tomado o pó daquela fértil região, venho a esta tribuna apresentar o seguinte requerimento: (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja consignado voto de louvor ao Ex.º Sr. Dr. PAULO ROBERTO HAPNER, DD. Juiz da 68ª Zona Eleitoral da Comarca de Cascavel e ao Ex.º Sr. Tenente Coronel RAUL VICTOR LOPES, DD. Comandante do 6º Batalhão da Polícia Militar, sediado no mesmo município, pela maneira segura, firme, correta e sensata com que, dentro de suas atividades, conduziram os trabalhos relativos ao pleito eleitoral de 15 de novembro corrente, proporcionando à população local a necessária tranqüilidade para que os cidadãos brasileiros possam exercer o sagrado direito de escolha direta de seus representantes.

Sala das Sessões, em 21 de novembro de 1978.

(a) Fidelcino Tolentino

#### JUSTIFICATIVA:

Apesar das injunções de ordem política exercidas acerbamente pelo Poder Executivo Municipal e da máquina administrativa local, as autoridades acima mencionadas não se deixaram influenciar pelas insistências e atitudes de homens despreparados para o exercício de mandatos políticos, cujas visões assemelham-se aos tempos da primeira República.

O pleito na Comarca de Cascavel, foi dos mais serenos e tranqüilos de que se tem notícia, e isso se deve a homens austeros, corajosos e justos, que equacionaram os recursos ao seu alcance para resguardar as imagens do Poder Judiciário e, respectivamente, da Polícia Militar do Paraná, instituição que por essa postura se credencia e se impõe ao respeito de todos.

A sociedade congregada na Comarca de Cascavel, manifestou já o seu reconhecimento público pela seriedade de comportamento desse jovem juiz e, bem assim, do comando e sub-comando do 6º BPM, testemunhando a gratidão de todo o povo cascavelense, além do de Catanduvas e Capitão Leônidas Marques, pela segura e louvável atuação, tanto do Poder Judiciário como da aludida corporação militar, representados pelo inteligente Dr. PAULO ROBERTO HAPNER e Tenente Coronel RAUL VICTOR LOPES.

Na qualidade de mandatário daquela gente, sentimo-nos no dever de ofício e por ser imperativo de justiça, tornar pública essa manifestação de louvor a esses homens, cujo comportamento se torna raro nos dias e no regime em que vivemos."

Sr. Presidente.

Há muito tempo, Cascavel já não tinha o mesmo comportamento das autoridades que dominam o Poder daquele município e, por consequência, deste pleito eleitoral.

Pela postura que estes homens devotaram à causa da justiça, à causa da lisura, da seriedade dos pleitos diretos e secretos, é de bom alvitre que nós, representantes do povo daquela região também nos manifestemos publicamente e formalmente, aqui, deste Poder e, justamente por isto é que encareço, dos meus pares desta Casa de Leis, para manifestarem, também, esta comenda, esta sagração, este reconhecimento, de toda a população daquela área onde vivem homens ordeiros, gente séria, buscando objetivos sérios, objetivos sadios.

É por esta razão, Sr. Presidente, que manifesto, aqui, o

desejo que os parlamentares lotados nesta Casa de Leis também confirmem este pensamento que, é o juízo popular, que é o juízo comum da sociedade congregada pela comarca de Cascavel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

Esta Presidência convida o Sr. Segundo Vice-Presidente, Sr. Deputado Ernesto Gnoato, para dirigir os trabalhos da Mesa.

(O Sr. Ernesto Gnoato assume a Presidência)

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No momento em que se alteiam vozes, de toda a Nação, pela reformulação partidária, no momento em que as eleições parecem devolver o clima de reconciliação nacional, quero trazer, aos Anais desta Casa, um manifesto de brasileiros exilados na Suíça que, longe da Pátria, não participantes das decisões da Nação brasileira, impedidos de pisarem o solo Pátrio, deixam, no papel, o pedido de clemência, deixam, no papel, o pedido, aos homens que estão no Brasil, para que, eles também sejam incorporados ao povo brasileiro e que, esta Nação possa novamente readquirir a confiança e a esperança da volta do efetivo estado de direito.

(Lê): "NÓS, BRASILEIROS EXILADOS NA SUÍÇA, POR OCASIÃO DO PRIMEIRO CONGRESSO NACIONAL PELA ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA, MANIFESTAMOS A ESTE CONGRESSO E AO POVO BRASILEIRO O NOSSO ENGAJAMENTO COMBATIVO JUNTO A ESTE MOVIMENTO UNITÁRIO, NO ESPÍRITO DA CARTA DE SALVADOR, ASSINADA PELOS 18 COMITÊS EM 9 DE SETEMBRO ÚLTIMO.

#### 1. A ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA

Combateemos pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA porque só assim estaremos conquistando um avanço real na luta pela reconstrução da democracia para as amplas massas do povo brasileiro. A anistia parcial e limitada representa uma cunha, lançada pelo opressor no seio do nosso movimento para dividi-lo e enfraquecê-lo, buscando perpetuar sob formas mais sutis o elitismo tradicional.

No momento em que o nosso movimento desfralda, aberta e corajosamente, no céu brasileiro a bandeira da liberdade, queremos reafirmar os nossos objetivos, especificando e definindo claramente o significado dos adjetivos ampla, geral e irrestrita.

Quanto mais ampla a anistia, restabelecendo a liberdade e a democracia para operários, trabalhadores agrícolas e urbanos, camponeses, estudantes, intelectuais, pequenos proprietários, cientistas, artistas, religiosos, homens, mulheres e crianças oprimidos; quanto mais geral, englobando horizontalmente todas as classes e camadas populares e rompendo os limites estreitos que querem impor aqueles que temem ver seus interesses questionados pela liberdade; quanto mais irrestrita, atendendo a todos os que foram perseguidos e punidos, civis ou militares, a todos os que fizeram ações julgadas contrárias ao regime, pacíficas ou armadas, a todos os que combateram, seja no parlamento ou em associações oficialmente reconhecidas, seja em partidos e movimentos políticos clandestinos, o que verdadeiramente queremos dizer é que ela seja RADICAL, e sem temor da palavra!

No fundo, é isto que queremos. Queremos superar todo o passado histórico elitista de opressão. Queremos superar as repressões sucessivas aos movimentos populares, passando da repressão genocida contra os Índios, a Palmares, aos Inconfidentes, a Canudos e ao Contestado. Queremos superar todo este ódio concentrado de tortura e eliminação física, de censu-

ra e interdição de todas as liberdades, que reinou nos últimos 14 anos. Eis o que queremos.

Desejamos que a anistia seja radical no sentido de que sejam eliminados o arbítrio, os atos e leis de exceção, o aparelho repressivo oficial ou autônomo, que seqüestra, tortura, assassina os acusados de crimes políticos e comuns. Queremos que todas essas violências sejam discutidas e julgadas pelo nosso povo. Não desejamos eliminar ninguém, nem aplicar a mesma força cega e desumana contra os que cometeram esses crimes. Queremos justiça, queremos eliminar a raiz desses males. Exigimos o fim radical e absoluto das torturas, bem como a responsabilização criminal dos que as praticam. Queremos educar-nos, nós mesmos, na prática da liberdade, debatendo e julgando amplamente o significado do arbítrio. Não do arbítrio no abstrato, mas o concreto, aquele que vivemos, sofremos e sentimos pesar sobre as nossas cabeças.

Queremos que a anistia seja radical no sentido de se conquistar a mais ampla liberdade de organização de partidos políticos e organizações de base onde se expressem as mais diversas correntes de pensamento, dando voz aos trabalhadores e a todos os oprimidos.

Sendo radical, o movimento pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA é parte integrante da luta pelas liberdades democráticas e pelos interesses mais atuais das massas populares; melhores condições de vida, salários, habitação, transporte, saúde, educação etc.

Sendo radical, a nossa luta pretende lançar as pedras fundamentais do nosso futuro, abrir amplamente as janelas ao sopro da liberdade para chegar, um dia, a pôr nas mãos das amplas massas do povo os destinos nacionais.

## 2. NÓS O-EXILADOS.

Nós, o exilados na Suíça, através desta mensagem, estamos hoje presentes neste Congresso que é também nosso. Fazemos parte dele. Esta é a nossa consciência.

Enquanto estamos no exílio, esperando logo estar com vocês, desenvolvemos no plano internacional todas as tarefas de apoio e solidariedade ao movimento pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA.

Queremos ouvir, participar e ser ouvidos.

Sentimos a falta de liberdade da mesma maneira que o conjunto do povo brasileiro, passamos pelas mesmas dificuldades, nem mais nem menos. Trabalhadores, intelectuais, estudantes, somos também lutadores sociais. Partimos um dia da nossa pátria em razão do arbítrio e da perseguição, e em nenhum momento sequer das nossas vidas deixamos de ver, aprender, agir e construir algo que possamos levar como contribuição ao nosso povo. Com humildade, mas convictos, sempre nos sentimos como embaixadores do nosso povo. Tudo fazemos para divulgar a cultura brasileira mais autêntica, e espelhar a luta e a vida das nossas massas populares.

Vários exilados já regressaram ao país, outros se preparam, e outros ainda esperam que o avanço da luta pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA garanta o seu retorno. Pois somente com a ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA é que todos os lutadores sociais brasileiros e estrangeiros expulsos do país poderão voltar às suas atividades profissionais e políticas no Brasil. Com a anistia parcial ou limitadas continuaremos a ter exilados e banidos.

## 3. O PRIMEIRO CONGRESSO

Desejamos que o espírito da carta de Salvador seja preservado neste primeiro Congresso, unindo e definindo o caminho seguro para a ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA.

Desejamos que as suas conclusões e decisões se propaguem por todos os recantos do Brasil e que em todos os Estados, cidades, locais de trabalho, estudo e moradia, no exílio e nas prisões, se levantem comitês que discutam, elaborem e coordene-

nem as lutas.

Desejamos a sólida união de todos em torno desta perspectiva, e não aceitamos as manobras diversionistas e divisionistas que os detentores do poder tentam lançar com suas "reformas" ou com as propostas de apaziguar a nossa indignação, a nossa repugnância e a nossa luta contra o arbítrio.

O combate pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA faz parte essencial da luta de todo o povo brasileiro pela democracia. A organização de um amplo movimento de massas pela anistia é a garantia segura contra os que querem pôr meia sola no regime, e continuar com o elitismo tradicional que veta a participação popular nos destinos nacionais.

Pelo fim do arbítrio, da tortura e dos seqüestros e assassinatos, e pela responsabilização criminal dos que os praticam!

Pela liberdade de organização e manifestação do pensamento das diversas correntes políticas!

Pela ANISTIA AMPLA, GERAL E IRRESTRITA!

Genebra, 29 de outubro de 1978.

Expedito Rufino de Araújo

José Carlos Avelino

Samuel Baba

Paulo Benchimol

Manoel da Conceição

Paulo Freire

João Heredia

Denise Leal

Ernesto Maraschin

José Barbosa Monteiro

Vandevaldo Nogueira

Maria Lúcia Petersen

Maria Helena Russi

Guido Rocha

Vanda Rocha

Nelson Serathiuk

Vitório Serathiuk

Lúcio Teles"

Sr. Presidente, Srs. Deputados, cumpro o dever, em nome da liderança do Movimento Democrático Brasileiro de transcrever este documento, embora pessoalmente defenda a tese de que a anistia deva ser ampla, geral e irrestrita, mas também recíproca.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, proclamado o resultado das urnas do pleito de 15 de novembro, conhecido o resultado e consagrada a vitória do Senador do povo, José Richa, conhecidos os resultados e sentindo que o julgamento popular ao qual humildemente, nos submetemos, foi favorável ao Partido Situação para a Assembléia e para a Câmara, não podíamos deixar aqui, em nome da Liderança da Oposição, neste Parlamento, de registrar uma perda irreparável para este Parlamento.

Conhecido o resultado para o Senado, a vitória de José Richa, a primeira idéia, e o primeiro raciocínio que se impõe, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que sem a participação de um jovem idealista, de um Deputado combativo, de um homem que fará falta à Oposição nesta Assembléia, ela não teria sido possível se não tivesse como se fez registrar, percorrendo todos os municípios deste Paraná, numa luta idealística, numa luta sem precedentes, a impávida figura do Deputado Enéas Faria, que levou a voz da Oposição a todos os quadrantes deste Estado, e que com ela, representou condignamente, a legenda do MDB. Se hoje, o MDB tem a satisfação de comemorar uma vitória tão expressiva, tão significativa como foi a vitória de José Richa, não poderíamos por uma questão de justiça e de lealdade até, deixar de registrar aqui, o nosso abraço, o nosso apreço e o nosso reconhecimento de que esta vitória só foi possível pela participação denodada, pela participação fiel, pela participação total, do companheiro Enéas Faria.

Homem, que deixou a tranquilidade de um mandato de



Deputado Estadual e de Deputado Federal, mas preferiu, pela sua coragem e pela sua determinação, lançar-se à disputa do Senado.

A História é feita por homens desta têmpera, e ao companheiro Enéas Faria, que na próxima legislatura aqui se fará ausente, deixamos registrado, Sr. Presidente, nobres colegas, desta Assembléia, o nosso reconhecimento, as nossas felicitações, e a nossa solidariedade.

Se Enéas Faria não sentar-se conosco na próxima Legislatura temos a certeza, de que o Partido o terá na conta de que ele merece, o terá na consideração de um soldado incansável, de que não arredou o pé, de que enfrentando todas as dificuldades que o nosso Partido enfrentou nesta campanha política, com altivez, com coragem, e acima de tudo, com dignidade, levou a termo a sua candidatura e no pedestal da vitória de José Richa, os seus votos foram tão necessário para que a vitória do MDB fosse registrada.

Por isso, Sr. Presidente, em nome da bancada do MDB, quero registrar aqui, a minha solidariedade, o meu agradecimento, e deixar ao Deputado Enéas Faria, a certeza de que dentro do MDB, sua voz, a voz da Oposição, será ouvida, será respeitada.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato). — Consulto a liderança do MDB se deseja ocupar os 15 minutos que lhes são reservados. (Pausa).

Tendo declinado, consulto a Liderança da ARENA, se deseja ocupar os 15 minutos que lhes são reservados. — (Pausa). Declina.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino e Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55/77, de autoria dos Senhores Deputados Accioly Neto e Enéas Faria, que determina ao Poder Executivo adquirir viaturas, ao destacamento do Corpo de Bombeiros do Município de Paranaguá e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., por maioria e da C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 107/77, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que dá nova redação, conforme específica, ao parágrafo único do artigo 39, da Lei n.º 4.766, de 13/11/63. Pareceres favoráveis da C.C.J., e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 108/77, de autoria do Deputado Maurício Fruet, que dispõe sobre a transferência de áreas territoriais de um para outro Município, conforme estabelece e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 167/77, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que cria no Município de Jardim Alegre, o Distrito Administrativo de Lindianópolis, com sede e divisas que especifica. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Emenda Substitutiva da C.C.J. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 54/78, de autoria do Deputado Alfredo Gulín, que autoriza o Poder Executivo

doar ao Município de Piraf do Sul, imóvel que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93/78, de autoria do Deputado Egon Pudell, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais", da cidade de Toledo. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 94/78, de autoria do Deputado Wilson Fortes, que declara de utilidade pública a "Associação à Maternidade e à Infância Anna Nery", com sede e foro na cidade de Alto Paraná. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 97/78, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública o "Serviço Paroquial de Promoção Humana", com sede e foro na cidade de Lindianópolis, Município de Jardim Alegre. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 98/78, de autoria do Deputado Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública a "Associação Casa de Amaús", com sede na cidade de Cornélio Procopio. Parecer favorável da C.C.J., com Substitutivo Geral, por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128/78, de autoria do Deputado Jurandir Messias, que declara de utilidade pública a "Comunidade Evangélica Luterana Santa Cruz", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 120/74, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que autoriza o Poder Executivo criar no Município de Grandes Rios, o Distrito Administrativo de Rosário, desmembrado do Distrito de Rio Branco, da Comarca de Faxinal, com sede e divisas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 142/76, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a "Associação Acadêmica de Karatê e Artes Marciais", com sede e foro na cidade de Pato Branco. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 161/77, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, com fundamentos no que dispõe o parágrafo 3.º, do artigo 102, da Emenda Constitucional n.º 1, de 17/10/69, altera o dispositivo no artigo 130, da Lei n.º 6.174, de 16/11/70. Pareceres contrário da C.C.J. e favoráveis da C.F. e C.R.H., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 180/77, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que concede título de "Cidadão Honorário do Paraná", ao jornalista Roberto Marinho. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 11/78, de autoria do Deputado Adalberto Daros, que declara de utilidade pública a "União Assistencial dos Servidores Públicos - UNIPUBLI", com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 22/78, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que altera para "Pedra Branca do Araraquara", a denominação do Distrito de Garuva no município de Guaratuba. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 26/78, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Palmas, imóvel de propriedade do Estado, conforme especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 30/78, de autoria do Deputado Jurandir Messias, que dispõe sobre a contagem recíproca para efeito de aposentadoria ao Funcionalismo Público Estadual, o tempo de serviço prestado ao sistema de atividade previdenciária privada. Pareceres contrários da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — (Anexo o Projeto de Lei n.º 13/78 - de autoria do Deputado Domício Scaramella, que versa sobre a mesma matéria). — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 44/78, de autoria do Deputado Egon Pudell, que declara de utilidade pública o "Serviço de Obras Sociais - S.O.S.", entidade filantrópica, com sede e foro na cidade de Cascavel. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 55/78, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que acresce ao parágrafo único com redação que especifica, ao artigo 143 da Lei n.º 6174, de 16/11/70. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., com Substitutivo Geral, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 56/78, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a "Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Distrito de São Jorge - ACMA", com sede no Município de Altônia, neste Estado. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 78/78, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a "Associação dos Servidores do Instituto de Previdência do Estado", com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 80/78, de autoria do Deputado Valter Pietrângelo, que autoriza o Poder Executivo construir estrada pavimentada de porte médio, entre as cidades de Nova Londrina e Terra Rica e dá outras providências. Pareceres contrários da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 85/78, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que concede título de "Cidadão Benemérito do Paraná, ao Professor Dr. Milton Miró Vernalha. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 90/78, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública o "Lar Bom Pastor", com sede e foro em Curitiba. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 95/78, de autoria do

Deputado Gabriel Sampaio, que autoriza o Poder Executivo ceder para uso de dependências físicas e equipamentos respectivos, aos membros da União dos Escoteiros do Brasil, Região do Paraná, em áreas de parques e reservas florestais de propriedade do Estado conforme especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.A.I.C., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 99/78, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Dr. Alcides Nunes Guimarães. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 101/78, de autoria do Deputado Waldenício Barbalho, que denomina "Professor Bento Munhoz da Rocha Neto", a unidade polo de primeiro e segundo grau da cidade de Paranavaí. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 110/78, de autoria do Deputado Jorge Sato, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Eikinchí Horibe. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 122/78, de autoria do Deputado Dácio Leonel, que declara de utilidade pública a "Associação de Assistência Social Evangélica de Carambei", com sede e foro no Município de Castro. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 123/78, de autoria do Deputado Augusto Carneiro, que declara de utilidade pública a "Associação Educacional das Igrejas Assembléia de Deus", com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 127/78, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que declara de utilidade pública a "Sociedade da Congregação do Sagrado Coração do Verbo Encarnado", com sede na cidade de Cambará. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 129/78, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Nova Esperança", com sede e foro na cidade de Nova Esperança. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 36/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 34/78, ex-Proposição n.º 118/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, a SUDESUL e a Universidade Federal do Paraná, objetivando a implantação de "Programa de Apoio à Pesquisa Científica em Pós-Graduação. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 45/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 44/75, ex-Proposição n.º 164/75 - aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Toledo, objetivando cumprir dispositivos do Código Nacional de Trânsito, na área daquela comuna. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 62/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/77, ex-Proposição n.º 163/77 — aprova Termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Nova Esperança, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 63/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 69/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Piên, objetivando execução de reparos em próprios estaduais naquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 64/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 77/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Nova Londrina, objetivando execução de reparos em próprios estaduais naquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 67/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 10/78, ex-Proposição n.º 95/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e da EMOPAR, com o Município de Guairacá, objetivando construção de prédio destinados à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 68/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 109/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Rebouças, com participação de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Estadual do Adicional de Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 69/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 116/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Tijucas do Sul, com participação de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Estadual do Adicional de Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 70/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 119/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Universidade Federal do Paraná, objetivando elaboração de planos Regionais e Industriais Leste, Norte e Oeste do Paraná. Pareceres FAVORÁVEIS

da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 73/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 43/78, ex-Proposição n.º 129/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Araucária, com participação e interveniência de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos da Cota Estadual do Adicional de Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 74/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 43/78 — ex-Proposição n.º 134/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Rio Branco do Sul, com participação e interveniência de órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos da Cota Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 75/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 44/78, ex-Proposição n.º 137/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná com a participação e interveniência de órgãos que especifica, e o Município de Cerro Azul, objetivando aplicação de recursos da Cota Estadual do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 76/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 143/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Mandirituba, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, visando a realização de serviços tendentes ao desenvolvimento urbano daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 77/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 45/78, ex-Proposição n.º 144/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São José dos Pinhais, objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, visando a realização de serviços tendentes ao desenvolvimento urbano daquele município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 79/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 50/78, ex-Proposição n.º 154/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Guarapuava, objetivando execução de terraplanagem, pavimentação e obras complementares no Aeroporto do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 80/78, de

autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 52/78, ex-Proposição n.º 156/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Araucária, com participação, interveniência de órgãos que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 82/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 57/78, ex-Proposição n.º 161/78 — aprova os convênios n.ºs: 17/77, 51/77 e 100/77, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através de órgãos que especifica, objetivando concessão de assistência técnica e financeira ao setor educacional do Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 83/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 58/78, ex-Proposição n.º 162/78 — aprova os convênios de n.ºs: 14/77 e 51/77, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando aplicação de recursos de Salário Educação instituída pelo Decreto-Lei n.º 1422, de 23/10/75. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 84/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 59/78, ex-Proposição n.º 163/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando aplicação de recursos orçamentários oriundos do Departamento de Ensino Fundamental, do referido Ministério, para o exercício de 1977. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 85/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 61/78, ex-Proposição n.º 165/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando aplicação de recursos na realização de promoção cultural, pela Diretoria de Assuntos Culturais, no exercício de 1977. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 90/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 44/78, ex-Proposição n.º 135/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e da FAMEPAR, com o Município de Porto Vitória, objetivando aplicação de recursos conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 97/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 31/78, ex-Proposição n.º 171/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação e interveniência de órgãos que especifica, e o Município de Curitiba, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional de Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.—

**Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 98/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 31/78, ex-Proposição n.º 172/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação e interveniência de órgãos que especifica, e o Município de Contenda, objetivando aplicação de recursos da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 105/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 84/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação e interveniência de órgãos que especifica e o Município de Conselheiro Mairink, objetivando aplicação de recursos financeiros na forma que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 118/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 76/78, ex-Proposição n.º 199/78 — aprova termo de re-ratificação ao convênio n.º 28/78, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a SUDESUL, objetivando a elaboração do Plano Diretor do Eixo Londrina-Maringá. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 119/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 201/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Guaraniaçu, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II, do Projeto "MINERVA". Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 120/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 202/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de São Miguel do Iguçu — visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II, do Projeto "MINERVA". Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 121/78, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 204/78 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Maria Helena, visando a execução de Cursos Supletivos — FASE II, do Projeto "MINERVA". Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade.— **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnoato) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos jovens Raimundo Nonatto de Souza e Edison Anacleto, pertencentes ao Grupo de Escoteiros da cidade de Jardim Alegre e vítimas de afogamento.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanuso, constante do expediente, solicitando regime de urgência

e inclusão na Ordem do Dia, da Proposição n.º 415/78.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando voto de louvor ao Sr. Doutor Paulo Roberto Hapner, DD. Juiz da 68.ª Zona Eleitoral da Comarca de Cascavel, bem como ao Sr. Tenente Coronel Raul Victor Lopes, DD. Comandante do 6.º Batalhão da Polícia Militar, sediado no mesmo município, pela maneira segura, firme, correta e sensata com que, dentro de suas atividades, conduziram os trabalhos relativos ao pleito eleitoral de 15 de novembro corrente.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Ministro da Fazenda e da Indústria e Comércio, comunicando a situação aflitiva por que passa a Indústria Moveleira do Paraná e encarecendo a necessidade de urgentes soluções que permitam a superação da crise no setor.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República e Ministro do Interior, suplicando-lhes seja submetido à apreciação do Poder Legislativo, o Estatuto do Índio, bem como sejam dadas condições mínimas de escolaridade aos nossos silvícolas, a fim de que possam manifestar-se a respeito da sua propalada emancipação.— Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnaoto) — Para discutir, fica adiada para a próxima sessão, de acordo com o Artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos jornais "Gazeta do Povo" e "Diário da Tarde", bem como às Emissoras de Televisão Paranaense, Canal 12 e Cultura de Maringá, pela iniciativa que tiveram em patrocinar meritória campanha comunitária em prol de uma maior participação do Paraná, no âmbito da administração federal.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, em forma de pedido de informações, através da SANEPAR e Prefeitura Municipal de Curitiba, sobre o preço e prazo de entrega das

obras de esgoto que estão sendo realizadas em Curitiba e quais as responsabilidades das firmas encarregadas do referido trabalho.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, formulando apelo no sentido de sensibilizar Sua Senhoria para determinar a constituição de uma Comissão Especial, possa em tempo recorde, proceder o levantamento geral e total do problema que envolve o Registro de Diplomas no Estado.— **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ernesto Gnaoto) A Mesa defere. Será procedida a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

7 Srs. Deputados o aprovam; 2 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há "quorum" para votação nem para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene para amanhã, dia 22, às 15,00 horas, de outorga de Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Desembargador Luiz Silva e Albuquerque.

Marcando ainda, uma sessão para quinta-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 120/74, 142/76, 161/77, 180/77, 11, 22, 26, 30, 44, 55, 56, 78, 80, 85, 90, 95, 99, 101, 110, 122, 123, 127 e 129/78 e dos Projetos de Resolução n.ºs: 36, 45, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 90, 97, 98, 105, 118, 119, 120 e 121/78.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs: 125/76, 07/78, 43/78, 50/78, 109/78, 112/78, 114/78, 119/78, 126/78, 133/78, 134/78 e 164/78.

Fica marcada ainda uma sessão para sexta-feira, dia 24, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 160/78 e 161/78.

Levanta-se a sessão.